


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: 1000747-93.2014.8.26.0566
 Classe – Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Arrendamento Mercantil**
 Requerente: Banco Itauleasing S/A
 Requerida : ELIANA CORDEIRO SCHMIDT

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Banco Itauleasing S/A move ação em face de **Eliana Cordeiro Schmidt**, dizendo que em 10.05.2011, celebraram contrato de arrendamento mercantil do veículo PEUGEOT, 207 PASSION XR - Sport 1.4, placa EIK-8201, chassi 9362NKF WXAB007094, Renavam 151755302, fabricado em 2009, modelo 2010, cor CINZA, obrigando-se a ré a lhe pagar a contraprestação e VRG da ordem de R\$ 1.120,01 por mês, durante 48 meses, com vencimento da primeira parcela em 10/06/2011. Em 15.07.2013 firmaram aditivo contratual, prorrogando o prazo do arrendamento e alterando o valor da parcela, que passou a ser de R\$ 762,44 mensais, durante 72 meses, com vencimento da primeira em 11.09.2013. A ré pagou duas prestações. Foi notificada e constituída em mora e não restituiu o veículo. Pede a liminar de reintegração de posse e, ao final, a procedência da ação para consolidar em poder do autor a posse e o domínio pleno do veículo, condenando a ré ao pagamento de honorários advocatícios e custas. O autor providenciou com a inicial os documentos relacionados ao pedido.

A liminar de reintegração de posse foi concedida e cumprida às fls. 40/41. A ré foi citada e não contestou.

É o relatório. Fundamento e decido.

A ré foi citada e não contestou a ação, recolhendo os efeitos da revelia (inciso II, do art. 330, do CPC), isto é, presumem-se verdadeiros os fatos articulados na inicial, porquanto

1000747-93.2014.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-760

acompanhada de sólida prova documental.

O autor exibiu o contrato de arrendamento mercantil celebrado com a ré e subsequente aditamento, ambos concernentes ao veículo acima descrito. A ré deixou de pagar a prestação de nº 3 e as subsequentes. Duas prestações num contexto de 72 não pode ser tido como adimplemento substancial.

A ré foi constituída em mora, não pagou nem restituiu o veículo, cometendo assim esbulho possessório, que deu ensejo à reintegração de posse, cuja liminar já foi cumprida, conforme fls. 40/41.

JULGO PROCEDENTE a ação para consolidar a posse e domínio pleno do veículo em favor do autor do veículo apreendido à fl. 41. Condeno a ré a pagar ao autor 10% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa, custas do processo e as de reembolso.

P.R.I.

São Carlos, 09 de maio de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA